

Sarney oferece verba a prefeito que entrar na luta pelos 5 anos

Não faltarão verbas para os prefeitos das cidades de grande ou médio portes — tipo Nova Iguaçu (Estado do Rio), Santos (São Paulo) ou Juiz de Fora (Minas) — que passarem a adotar a tese do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Essa nova palavra de ordem do Palácio do Planalto já foi ditada, por exemplo, para o prefeito iguaçuano, Paulo Leone — ele dirige o sétimo município mais populoso do país e o segundo maior colégio eleitoral fluminense (800 mil votos) —, pelo senador Alvaro Pacheco (PFL-PI), amigo pessoal do presidente da República.

Nas asas de Pacheco, Leone vai desembarcar no gabinete de Sarney, provavelmente esta semana, para sua primeira audiência com o presidente da República. Na pasta levará um bolo volumoso de cópias de telegramas que enviou ao próprio Sarney (sem receber resposta), nos últimos dois anos, reclamando da falta de apoio da Previdência Social a um pronto-socorro, dotado de 60 leitos para emergência, que construiu na localidade de Posse. Os recursos que deveriam ser destinados ao pronto-socorro, queixa-se o prefeito, foram entregues ao bispo da cidade, dom Adriano Hipólito, por pressões da esquerda pemedebista.

O paraíso — Leone foi incentivado por Alvaro Pacheco a servir de intérprete, na audiência que terá com Sarney, de reivindicações dos outros prefeitos do Estado do Rio interessados em jurar fidelidade ao mandato de cinco anos que o presidente reclama. Em outros estados, outros parlamentares, ligados em grande maioria ao *Centrão*, realizam o mesmo tipo de trabalho. O Planalto acredita, agora, que os prefeitos têm mais poder de pressão sobre os constituintes do que os governadores que lhes repassavam as verbas para programas sociais, que agora receberão diretamente.

Com outros políticos fluminenses, com os quais fez contatos recentes, o senador do Piauí, que sempre morou no Rio, onde exerce atividades editoriais, revelou que a nova ofensiva do presidente em busca do mandato de cinco anos interessa, de perto, ao governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, que seria candidato em 89 com o apoio de Sarney. Pacheco deu a entender, inclusive, que foi Quêrcia quem sugeriu aos articuladores políticos do governo a utilização dos prefeitos como novo instrumento de pressão junto aos constituintes.

Assessores mais cautelosos do presidente da República temem que a mudança de enfoque do Palácio do Planalto desperte, porém, uma nova onda prorrogacionista de mandatos municipais. A prorrogação dos seus atuais mandatos, de seis anos para sete anos, seria, inclusive, uma reivindicação de prefeitos paulistas, ligados a Quêrcia, para trabalharem com mais entusiasmo pelos cinco anos para Sarney.

Emendas — Nesse jogo de pressões que envolve as lideranças municipais de todos os partidos, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos coordenadores do *Centrão*, já tem pronta emenda que prorroga, sem usar tal expressão, os mandatos de prefeito e vereadores. Ele propõe que as eleições do novo presidente e as dos detentores de mandatos municipais coincidam em 15 de novembro de 1989.

Nos bastidores da Constituinte, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), do grupo de esquerda do partido, já preparou um antídoto à emenda de Roberto Cardoso Alves: mantém a eleição de prefeitos para 15 de novembro deste ano, mas garante aos eleitos o direito de postular a reeleição.

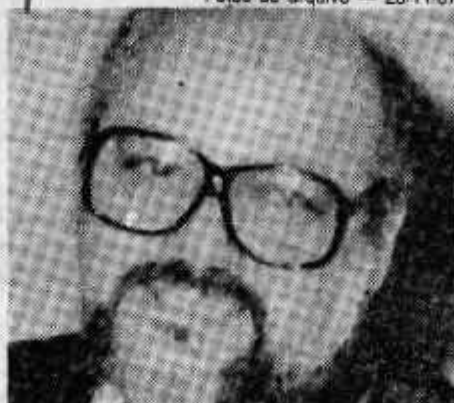
Um prefeito do interior do Estado do Rio disse que a ideia de Roberto Cardoso Alves pode se tornar, no entanto, mais fascinante do que a de Fernando Henrique, por uma razão muito simples: a reeleição não alcançará os que estão concluindo os mandatos este ano.

Inversão — Pela conversa mantida entre Alvaro Pacheco e o prefeito de Nova Iguaçu, Paulo Leone, o Palácio do Planalto, com poucas exceções, vai dar aos chefes de executivos municipais condições para realizarem obras de infra-estrutura urbana sem a participação dos governos de estados. A inversão do princípio de liberação das verbas federais, que sempre contemplou os estados em detrimento dos municípios, foi sugerida a Sarney por Quêrcia, conforme revelou o senador Alvaro Pacheco, contando, para prosperar, com o apoio decisivo do ministro da Habitação, Prisco Viana.

O Palácio do Planalto só não passará por cima dos governadores Newton Cardoso (Minas), Orestes Quêrcia (São Paulo), Hélio Gueiros (Pará), Epitácio Cafeteira (Maranhão), Alberto Silva (Piauí), Amazonino Mendes (Amazonas) e Alvaro Dias (Paraná). Com os demais, segundo as conversas mantidas pelo senador do Piauí, o presidente da República não pretende ter contemplações.

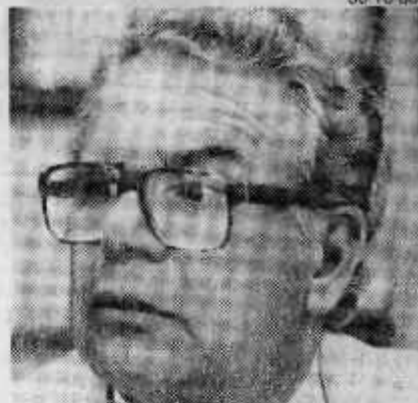
Fotos de arquivo — 20/11/87

30/10/88



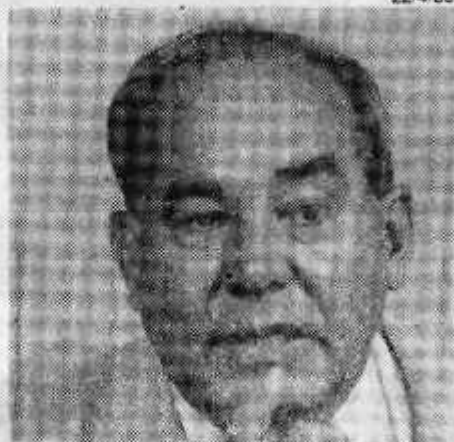
Pacheco: intermediário de Sarney

22/4/86



Cardoso Alves: prorrogação

29/11/86



Leone: primeiro beneficiário



Fernando Henrique: reeleição